



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

ACTA Nº28

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2009

----- Aos vinte e seis dias do mês de Agosto de dois mil e nove, nesta vila de Borba, no Salão dos Paços do Município de Borba, reuniu, pelas 20.45 horas, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Período para intervenção do público

PONTO DOIS: Período da ordem do dia

PONTO DOIS PONTO UM: Suspensão de parte do PDM de Borba

PONTO DOIS PONTO DOIS: Contracção de Empréstimos a Médio e Longo Prazos ao abrigo do PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado

PONTO DOIS PONTO TRÊS: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipal e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro se lavra a presente acta: -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou realizar a chamada, verificando-se a presença dos Membros, António José Moura Proença, Joaquim Maria Godinho Veiga, João Manuel Rato Proença, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Joaquim Manuel Cardoso, Roberto Carlos Vagante Ganito, Augusto Manuel Bilro Guégués, Norberto João Figueiras Alpalhão, António Manuel Jaleca Camões, Francisco José Ramalho Mendes, António Joaquim Moura Lopes, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, José António Carapeto Dias, António José Barroso Paixão. -----

----- Verificou-se a ausência dos Membros Jerónimo João Pereira Cavaco, que justificou a sua falta, (**anexo 1**), e foi substituído pelo Senhor Roberto Carlos Vagante Ganito, Rui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

Manuel Ganito Bacalhau, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, que justificou a sua falta, (**anexo 2**) e foi substituído pelo Senhor António Manuel Jaleca Camões, Maria João Barroso Lopes Cavaco, que justificou a sua falta, (**anexo 3**), Vítor José Pécurto Guégués, que justificou a sua falta, (**anexo 4**) e Sérgio João Pécurto Gazimba, que justificou a sua falta (**anexo 5**) e foi substituído pelo Senhor Manuel Filipe Liliu Prates -----

PONTO UM: Período para intervenção do público

----- **O Presidente da Assembleia Municipal:** Disse que, por motivos pessoais, o Senhor Jerónimo João Pereira Cavaco não pode estar presente. Disse que convidou o Senhor Roberto Carlos Vagante Ganito, para fazer parte da Mesa da Assembleia. Visto não haver nenhuma objecção por parte dos deputados o Senhor Roberto Carlos Vagante Ganito assumiu o posto de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. Disse, que alguns documentos suplementares não foram entregues mais atempadamente por atraso do executivo, mas que já se encontravam disponíveis para todos os Senhores deputados. Disse que o público presente interessado em colocar questões, se deveria restringir a colocar questões, visto a lei não permitir sugestões. -----

----- **Senhor Jorge Paixão:** Disse que gostaria de perguntar aos membros da Assembleia se tinham conhecimento de uma decisão judicial do Tribunal Administrativo de Beja. Disse que gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, passados cinco anos da reunião onde estiveram presentes 30 municípios, o que foi feito, para além da teimosia em pôr “ali” “aquele” bairro, junto à zona industrial da Cruz de Cristo, se com a recente alteração do PDM, foi previsto algum bairro ou algum espaço destinado à localização definitiva “daquela” comunidade, ou algum parque nómada, ou qualquer outra forma de uma vez por todas resolver este problema que afecta a comunidade de etnia cigana no concelho de Borba.

----- **O Presidente da Assembleia Municipal:** Disse que todos os deputados da Assembleia Municipal têm em seu poder cópia da decisão do Tribunal. -----

----- **Senhor Felismino Saias:** Disse que, em 2004, quando foi realizada a estrada Nora, Barro Branco, foi-lhe enviada uma carta pela Câmara Municipal onde informavam de uma expropriação de um bocado de terreno de uma propriedade sua. Disse que se dirigiu à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

Câmara, ao Senhor Presidente da Câmara que lhe disse que quem estava autorizado a fazer “essas” negociações era o Senhor Engenheiro Marques que foi contactado pelo Senhor Presidente da Câmara, encontrando-se connosco aqui nesta sala onde foi combinado o que haveria de ser feito. Disse que passados cinco anos, nada foi cumprido do que tinha combinado com o Senhor Engenheiro Marques. -----

----- **O Membro Joaquim Veiga:** Iniciou a sua intervenção desejando boa noite a todos os presentes, seguidamente disse, que não sabia se estava presente algum cigano na Assembleia, se estivesse algum cigano presente, então seria a altura para falar. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Iniciou a sua intervenção desejando boa noite, seguidamente disse que lamenta ser apelidado de teimoso, mas normalmente nestas coisas da vida, teimosos nunca há só um, normalmente há sempre dois. Relativamente à instalação das famílias de etnia cigana, disse que nestes cinco anos foram feitas muitas coisas e não foram feitas mais coisas porque um grupo de pessoas desta cidade, antigamente vila, agora cidade, que se intitulam defensores das famílias de etnia cigana, que acaba por ser a prova mais inequívoca de uma questão de xenofobia aliada a hipocrisia, porque aquilo que se passa efectivamente é que aquele espaço, é um espaço onde sempre esteve previsto, e disse-o aqui desde o primeiro dia, ser uma área de apoio à ecopista. Transitoriamente deverão passar por lá as famílias de etnia cigana enquanto não forem encontradas soluções que respondam a uma instalação, que poderá passar eventualmente por habitação social, sempre dispersa, de forma a não criar guetos. Isto foi dito desde o primeiro dia em que foi discutido. Houve uma providência cautelar inicialmente, depois não foi aprovada, não foi aceite, entretanto há uma decisão do tribunal e neste momento houve um recurso dessa decisão. Houve um grupo de cidadãos que apresentou uma “reclamação” que foi aceite pelo Tribunal Administrativo de Beja e a Câmara Municipal de Borba decidiu recorrer dessa decisão. Muito foi feito, as casas estão instaladas, não significa que sejam casas que vão albergar no futuro as famílias de etnia cigana.-----

Em relação ao Senhor Felismino Saias, efectivamente a estrada foi feita e o que foi dito ao Senhor Felismino Saias foi que não há na Câmara Municipal de Borba nenhum técnico que se sobreponha ao executivo. Se há promessas feitas por técnicos, o executivo não tem de as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

cumprir. No entanto, poder-se-ão encontrar sempre soluções no sentido de minorar as coisas. Estranho que o Senhor Felismino Saias, que até é um homem que cá vem com frequência, tenha escolhido a Assembleia Municipal, onde nem sequer se encontra presente o Senhor engenheiro. Se o Senhor Felismino Saias estiver interessado em resolver o problema é uma questão de passar na Câmara Municipal de Borba, não digo para passar já porque o Senhor engenheiro que refere está de férias, pode ligar para a Câmara Municipal e perguntar quando volta. Quando o Senhor Engenheiro Marques voltar sentar-nos-emos e trataremos do assunto. -----

----- **Senhor Jorge Paixão:** Disse, querer defender-se das persistentes acusações de xenofobia que o Senhor Presidente da Câmara lhe tem feito, disse que nasceu em Moçambique no meio do mato e tem uma irmã que é a Doutora Telmina Paixão, que é filha de um ilustríssimo Borbense, se calhar não conhece, é tio do seu camarada de partido e está sepultado no cemitério de Santiago Rio de Moinhos, quando se entra há um cipreste do lado direito e ele está lá sepultado. Esse meu pai, por acaso também esteve em Moçambique e para além de mim como filho, teve outros. Uma das quais a Doutora Telmina Paixão que é assim um bocadinho mais castanha do que eu, porque a mãe é negra, não é a minha também, eu por acaso nasci assim, filho de quem nasci e a Doutora Telmina Paixão que é ex-ministra da educação da República Popular de Moçambique e é actual governadora Civil da província de Maputo que é minha irmã, que é mãe dos meus sobrinhos. Doutor Ângelo Sá, se é uma pessoa séria e se tem a memória que eu penso que terá, recorde-se que há precisamente cinco anos, pense bem naquilo que disse à frente das pessoas que aqui estavam e demita-se, é aquilo que eu lhe peço. Por menos o seu companheiro de partido Manuel Pinho, demitiu-se. É só aquilo que eu lhe peço, é para se demitir, porque era aquilo que já devia ter feito no dia 26 de Agosto de 2004. Ria-se à vontade, agora reflecta, pense bem naquilo que disse, naquele dia e faça o favor de se demitir, porque não tem o dever de estar a pedir aos seus companheiros de partido para alinharem com as suas ideologias. -----

----- **O Membro Joaquim Cardoso:** Disse, “Vós, judeu, irês à toa, que sois mui ruim pessoa.” Gil Vicente, Auto da Barca do Inferno. Disse que a atitude do Senhor Presidente é prepotente. Disse que PS em acção é igual a corrupção. (gravação inaudível) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

----- **O Presidente da Assembleia Municipal:** Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado o período. -----

PONTO DOIS PONTO UM: Suspensão de parte do PDM de Borba

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Disse que a suspensão de parte do PDM de Borba tinha que ver com a elaboração de um plano de pormenor para as áreas de apoio à ecopista e parte da envolvente da zona industrial da Cruz de Cristo. Disse que, na sequência de contactos feitos relativamente à forma como se devia organizar o espaço em termos de apoio à ecopista, houve necessidade de se encontrar uma solução que permitisse otimizar esse mesmo espaço que poderá, eventualmente, passar pelo aproveitamento futuro das casas que hoje poderão vir a abrigar as famílias de etnia cigana e que serão transformadas em casas que irão desenvolver actividades de apoio efectivo à ecopista. Disse que tinha sido decidido que havia um vazio, entre a zona industrial da Cruz de Cristo e a ecopista, nomeadamente o espaço que está junto à linha-férrea e o espaço que está entre o acesso à variante da estrada nacional 255 e a zona industrial referida. Disse que existe um espaço que precisa de ser organizado e além disso também há um espaço junto à estação de caminho de ferro, que também tem área de apoio à ecopista e que vai ficar incluído neste mesmo estudo. Disse que foram definidas medidas preventivas para esta área e, neste momento, já foi aprovada também a elaboração desse plano de pormenor e que vai ser lançado o concurso para que esse estudo se concretize. -----

----- **O Membro Joaquim Cardoso:** Disse que pretendia apresentar protesto por se entregar actas da Câmara Municipal a pessoas que não as podem ler. Disse haver ditadura e prepotência por parte do Senhor Presidente da Câmara. Disse tratar-se de um caso de corrupção pura. Disse que a CDU não apoia estas decisões e que em nome da dignidade a CDU votaria contra. (gravação inaudível) -----

----- **O Membro Moura Lopes:** Disse que este ponto era a confirmação do anterior e que a solução para resolver o problema da etnia cigana é continuar o trabalho que a CDU realizou no Chalé. (gravação inaudível) -----

----- **O Membro João Proença:** Disse que pedia ao Senhor Presidente da Câmara que observasse bem a proposta que “nos” traz hoje, porque uma alteração do PDM depois de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

uma decisão judicial é uma fraude. Disse ter consciência que mesmo os que hoje vão votar favoravelmente sabem que existiriam outras formas de resolver o problema. Disse que o problema do realojamento não é apenas da etnia cigana. Disse que a forma como a Câmara Municipal apresenta a situação dá a entender que as famílias já estão no local. O texto indica que as famílias necessitam de hotel. Disse que a jurista da Câmara Municipal de Borba é perita neste tipo de situações. Disse que o perímetro urbano de Borba é suficientemente lato para acolher aquelas famílias sem recorrer aos terrenos da ecopista. Disse que a CDU acredita que haveria outras soluções. Disse que o processo não é fácil, mas a CDU em 12 anos realojou cerca de 40 pessoas. Disse que a técnica da Câmara Municipal de Borba deveria estar presente para responder às questões. (gravação inaudível) -----

----- **O Membro António Anselmo:** Iniciou a sua intervenção desejando boa noite a todos os presentes. Disse que leu o documento com atenção e disse, lendo o mesmo, (segunda página) “A Associação de Deficientes referiu que o plano não apresenta diagnóstico, lamenta não ter ouvido falar em Pobreza, referiu que os deficientes são os mais pobres entre os pobres, mas que se dispunha a ajudar, disponibilizando os meios ao seu alcance.” Disse ser para corrigir uma situação que não lhe pareceu correcta, aquilo que ouviu. Disse que há oito anos tinha dito a várias pessoas que um problema grave era o problema do realojamento, ou alojamento das famílias de etnia cigana e que, fosse qual fosse a solução, era sempre má para toda a gente. Disse que, se na altura todos tomassem posição e tentassem a melhor solução, provavelmente seria evitado o que se está a passar. Disse haver uma decisão do Tribunal e disse haver uma certeza da Câmara Municipal de alojar as famílias de etnia cigana nos terrenos da ecopista e em menos de dois anos resolver o problema definitivamente. Disse acreditar na lei e no Presidente da Câmara. Disse ser necessário entre todos resolver os problemas das pessoas, sem hipocrisias nem aproveitamentos políticos. Disse ser necessário dar razão a quem a tem. O Tribunal deu a razão às pessoas, mas essas pessoas também tem de ter respeito por Borba e percebam que a Câmara disse que em menos de dois anos resolve o problema. Disse que entre todos se deveria encontrar uma solução boa para as pessoas e para Borba. -----

----- **O Membro Joaquim Veiga:** Iniciou a sua intervenção desejando boa noite,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

seguidamente disse querer relembrar o passado, não presente nas memórias de algumas pessoas. Disse, como alguns ouviram falar e ele próprio assistira, em Borba ocorreu um problema nos anos 40, 50 entre a população e a etnia cigana que conduziu ao assassinato de uma pessoa. O problema referido originou um processo judicial, bastante longo, que culminou numa sentença que não permitia a residência de ciganos no Município de Borba. Disse que apenas podiam residir no Município ciganos que estivessem ligados por laços familiares a famílias residentes no Município e não ciganas. Disse que a situação se manteve durante um período de 20 a 30 anos. Com o 25 de Abril houve uma certa abertura à paragem de ciganos em Borba. Disse que foi com o Partido Comunista à frente do Município que os ciganos se começaram a instalar e a residir novamente no Município. Disse que esta memória não convém a determinadas pessoas, mas é preciso que se faça, porque possivelmente muitos dos presentes já fizeram campismo, que é uma coisa muito agradável desde que feito com condições. Disse que os ciganos tiveram a água aberta durante 30 anos, através de uma única torneira, foram essas as condições que lhe foram criadas, para terem electricidade tiveram de se socorrer das empresas que tinha os estaleiros instalados naquela zona, onde eles faziam as suas ligações provisórias ou através de candeeiros públicos, nunca ninguém se preocupou em resolver o problema de todos os ciganos que vivem nestas condições. Disse que num Plano Municipal para gerir o Concelho, um dos pontos se referia a resolver o problema dos ciganos que viviam naquelas condições. É evidente que existem elementos da população que vivem com dificuldades, mas que não conhece nenhum que viva numa barraca, como vivem as famílias de etnia cigana. Já houve tentativas de realojamento, mas as mesmas apenas resolveram uma pequena parte do problema. Disse que gostaria de chamar à atenção para o facto dos ciganos gostarem de viver à sua maneira, com a sua cultura e a sua forma de viver, alguns deles tem dificuldade em se juntar à população que nada lhe diz, com hábitos e costumes diferentes. Este problema teve mais de 30 anos para ser resolvido e foi equacionado por uma equipa da Câmara Municipal para ser resolvido, essa iniciativa foi apoiada por um programa de intervenção comunitária. Foi encontrada uma solução que pareceu muito equilibrada em termos de planeamento, os ciganos não podiam ser instalados provisoriamente no meio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

urbano, tinha de ser no meio não urbano onde não dispunham de água, esgotos, electricidade e continuariam a viver da mesma maneira, ou pior do que estavam. Deve-se equacionar isto dentro de uma forma que a Câmara utilizou, por um breve período de tempo, antes de uma solução definitiva e colocar os ciganos a viver com condições. Disse não entender porque as pessoas querem explorar politicamente uma coisa destas. Disse querer recordar uma coisa dirigida a uma pessoa que se encontra presente: Quando o Dr. Álvaro Cunhal faleceu, ninguém do Partido Comunista apresentou, nesta sala, as condolências à família, mas eu, que não sou do Partido Comunista nem de partido algum, fiquei estranho. No lugar de Presidente, onde está o Senhor Proença, coligi uma moção que está na acta, podem consultar na internet e portanto a mim não me dão lições! Não se levantem ao pé de mim porque podem cair de muito alto! Já caíram uma vez, agora ainda caem mais. Eu gosto de falar ao nível das outras pessoas todas, não gosto de pessoas que sabem mais do que eu e não gosto daqueles que sabem menos, para mim são todos iguais! Esta chamada de atenção é também para lembrar, uma vez que eu perguntei se se encontrava aqui algum cigano e eles infelizmente tem dificuldade em se juntar a nós, embora vivam connosco. Não quero defendê-los, eles sabem como se devem defender. Se calhar estas pessoas que aqui estão pensam que a melhor forma de defesa deles é a violência. Disse que gostaria de chamar a atenção para duas ou três situações: Em primeiro lugar para a forma como as pessoas hoje se agridem com “xenofobias”. Mas o que é isso da xenofobia? Pensem bem! É do rico para o pobre? É do preto para o branco? É do azul para o castanho? Como dizia o outro dia o General Angolano: Oh branco, anda cá! Isso é ser xenófobo? Não, não é! Não é a cor nem a fisionomia das pessoas. Então o que é? É a consciência política? É a forma como nós encaramos a sociedade? É considerando permanentemente que os outros, que até são nossos pares, são incompetentes? Eu acho que não é. Segundo: Gostava de me recordar aqui dos miúdos que eu vejo à entrada do café o Cagio, como sempre vi, a comprarem rebuçados antes de irem para a escola, eles tem uma cultura diferente da nossa. Os pais dão-lhe o dinheiro para o bolo, os nossos vão para escola com o dinheiro e compram o bolo, eles gastam-no logo em rebuçados, são diferentes, não é xenofobia. Viver tapado com uma manta, cheio de piolhos e pulgas é uma coisa que a gente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

ultrapassa ao fim de cinco ou seis anos, mas de trinta e quatro anos? Então não há consciência nas nossas cabeças? Eu compreendo que há pessoas que ficam prejudicadas quando lhe colocam os ciganos ao pé da porta, como em África eu vi quando nos colocavam os pretos ao pé da porta, e como vi também na América quando lhe colocavam os Açorianos ao pé da porta. É difícil, a vida é complexa e complicada. Eu sei que as pessoas têm razão. Disse que ninguém gosta de ter os ciganos ao pé. Disse que em relação ao Senhor do público que falou, ser chato aquilo que lhe sucedeu, fez um investimento e depois colocaram-lhe os ciganos ao pé de casa, mas também há, segundo ouviu durante os últimos cinco anos, uma vontade grande da Câmara Municipal de distribuir os ciganos pela Vila toda e pensa que a solução do problema deve passar por aí. Disse que toda a gente sabe o que é a justiça em Portugal, disse que infelizmente nasceu ignorante mas ao ler a sentença, ainda mais ignorante fica, porque ela reflecte factos passados que já foram ultrapassados por decretos de lei. Disse aceitar as decisões da justiça. Disse querer chamar a atenção de todos os Borbenses: procure-se no futuro uma solução correcta para estas pessoas e para as pessoas que vivem pior que os ciganos. Disse que ninguém o intimidava e não tinha medo de ninguém. Disse que a proposta aqui apresentada não é todos os nomes que lhe chamaram, é a proposta que conduz à solução intermédia deste problema, quer dizer, se o PDM for suspenso e as construções de apoio à ecopista servirem para alojamento dos ciganos, considera a proposta correcta, honesta, conducente à resolução do problema temporariamente. Sobre a integração no meio da população local? Perguntem aos ciganos antes de fazer isso. Não vão para uma solução dessas sem lhe perguntar nem ver qual a disposição que eles têm para serem integrados no meio da população local. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal:** Disse que o plenário é soberano e que a mesa limita-se a dirigir os trabalhos e o Presidente da Assembleia Municipal limita-se a cumprir o seu dever. Disse existirem mais dois assuntos extremamente importantes para serem discutidos, o ponto actual foi longamente debatido, como tal pediu um pouco mais de brevidade nas intervenções. -----

----- **O Membro Joaquim Cardoso:** Disse que o Senhor Presidente da Câmara não sabe ler, é analfabeto. Disse haver erros graves, até de mentira, neste processo que diz que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

Associação de Deficientes é sua parceira, não é verdade porque a Associação de Deficientes não pactua com fraudes do Partido Socialista. Disse que isto é o resultado do “quero, posso e mando/ditadura” do Senhor Presidente da Câmara. Disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não ouve, não sente, não vê. Disse: Como é possível que estejamos a discutir um assunto onde o tribunal decidiu e a Câmara recorre? O que se pretende? Fizeram de uma maioria submissa para tentar contornar uma sentença judicial. Disse haver um estratagema. Porque é que a CCDRA concorda com isto? Porque nos últimos quatro anos o Partido Socialista só recorre à corrupção. Disse: PS sois igual a corrupção! Disse que este caso é um caso de corrupção pura e de indignidade. A jurista da Câmara Municipal concebeu um documento absurdo. Disse que todo o documento é absurdo e com incongruências metodológicas. (gravação inaudível) -----

----- **O Membro João Proença:** Disse que ninguém está aqui para agredir ninguém. Disse que o Senhor Presidente da Câmara municipal de Borba é responsável por este problema. Disse que quem antes interveio da bancada do PS sabe como se resolvem estes problemas e não se importava de o ter como deputado da CDU. (gravação inaudível) -----

----- **O Membro Moura Lopes:** Disse que houve intervenções longas por parte do PS e houve declarações menos longas por parte dos membros da CDU, que foram interrompidas. (gravação inaudível) -----

----- **O Membro Carlos Cabral:** Iniciou a sua intervenção desejando boa noite a todos, seguidamente disse que a questão de integração de comunidades de culturas diferentes no nosso mundo ocidental é hoje uma questão extremamente importante e que ninguém tem certezas de como se deve resolver. Disse que o método de integração falado pelo deputado Proença deu a integração de 3,3 pessoas por anos, ou seja 12 anos, 40 pessoas. Disse que, segundo estudos recentes, é muito duvidoso que a integração e espalhar pessoas pelos diferentes perímetros urbanos, seja a melhor solução. Exemplos contra esta solução: A chamada Alta de Lisboa e os Bairros sociais da Margem Sul. Disse que tal e qual como o Senhor Joaquim Cardoso não acredita em nada que as pessoas da Bancada do PS dizem, eu quero afirmar solenemente que não acredito em nada do que ele diz, mesmo quando cita os decretos de lei e as convenções, porque os amigos do Senhor Presidente da Câmara não são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

com certeza aqueles que utilizam linguagem para discutir este assunto que é um assunto complicado, como: ditadura, corrupção, indignidade, fraude e vergonha. Disse saber que a sociedade portuguesa atravessa uma certa tensão mas para discutir assunto sérios, não se pode discutir desse modo, não se pode discutir acusando os outros sempre sistematicamente de tudo, sem querer discutir nada. Evidentemente que isto leva-me a dizer que eu congratulo-me profundamente que pessoas que usam esta linguagem não apoiem esta proposta, que votem contra, mas quando utilizam as palavras fraude e corrupção, ou aprovam, ou a põem em causa em tribunal ou então calam-se, porque não se pode impunemente, a propósito de democracia, estar numa Assembleia Municipal e acusar os outros de corruptos e de fraudulentos. A democracia não permite isso. O respeito pelas pessoas é a base da democracia. Se eu acuso os outros de fraudulentos, de corruptos, de ditadores, de fascistas, como já acusaram numa Assembleia destas, então eu estou aqui a fazer o quê? A aturar gente que me chama fascista a mim e aos membros que estão comigo na Assembleia, de corrupto, de fraude? Ou provam ou põem em tribunal, ou então calam-se, porque o desrespeito pelas pessoas não é a base de nenhum regulamento democrático. Não é base numa Assembleia. Já estou aqui no terceiro mandato e nunca ofendi uma única pessoa e já fui ofendido várias vezes. Esta questão tem que ficar clara, porque se é assim, como temos a maioria, nem vale a pena ouvir, nem vale a pena discutir porque se agente quiser não discute nada e aprova tudo. O exercício da democracia é discutir, estamos numa democracia absoluta, total, e no fundo, com esta maioria, podíamos aprovar tudo. Eu indigno-me, eu não permito que me ofendam assim dessa maneira. Respondendo agora ao Senhor membro da Assembleia Municipal Moura Lopes, pessoa por quem tenho grande consideração pessoal, evidentemente que a questão da integração da comunidade cigana é uma questão extremamente complexa e há muito tempo que está em Borba, evidentemente que todos sabemos e não podemos tapar os olhos nem os ouvidos, que há um sentimento difuso da população de Borba contra os ciganos. Esses sentimentos tem que ver com a história, como o meu camarada de bancada falou e do qual subscrevo inteiramente as palavras, com a história, com reacções culturais, com diferenças, etc. É uma questão complexa. Mas qual é a melhor forma de integração destas comunidades? A melhor forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

de integração destas comunidades, no meu ponto de vista, e foi o caminho seguido por Espanha, foi aglomerá-las perto dos centros urbanos com as condições de vida inerentes à dignidade mínima do ser humano. A proposta que está em cima da mesa nem é fraudulenta, nem é corrupta, nem é vergonha, etc. Há um problema para resolver e vamos tentar resolvê-lo no mínimo espaço de tempo possível. Se houver outros programas, com casas melhores que aquelas, vamos tentar integrar, mas respeitando profundamente a cultura das pessoas e não integrando à força. Como dizia o deputado Joaquim Veiga: perguntem-lhe! Já que não fazemos orçamentos participativos, perguntemos às pessoas o que é que elas querem, façamo-las participar nas decisões da sua vida. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal:** Disse não dar a palavra a mais nenhum deputado que já tenha intervindo mais do que duas vezes sobre a matéria em questão. Disse que os tribunais também servem para resolver as ofensas pessoais. Disse: Eu como Presidente da Assembleia Municipal mando calar o Senhor Joaquim Cardoso, se quiser calar, cala-se, se não quiser continue, se continuar mais uma vez não tem uma postura adequada ao meio onde se encontra. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Disse que todas as ofensas e afirmações que foram feitas terão que ser provadas. Disse esperar que parte significativa das ofensas fiquem lavradas em acta, para que possam ser provadas, principalmente quando se fala de outras pessoas. Relativamente à questão da suspensão do Plano Director Municipal, aquilo que foi proposto é uma proposta de suspensão pelo prazo de dois anos, eventualmente prorrogáveis por seis meses, com medidas preventivas que permitirão, eventualmente, a ocupação por famílias da etnia cigana, durante esse período. O objectivo é que sejam criados mecanismos que permitam o realojamento dessas pessoas. Disse que, há precisamente oito anos foi a Câmara, cujo Presidente era o Senhor deputado João Proença, que foi colocar, oito dias antes das eleições, a água às famílias de etnia cigana, não tendo permitido que fossem colocados uns contentores, para eles terem casas de banho, que tinham sido comprados especificamente para o efeito. Quando falamos destas questões: o esbanjar água, o não dar condições mínimas para as pessoas tomarem banho, fomos nós que as fizemos. Poderão dizer: Já podia ter feito há mais tempo! É verdade! Os senhores também estiveram cá doze



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

anos e nada fizeram para resolver aquela situação. Deram-lhe a água gratuita e com grande esbanjamento oito dias antes das eleições. Neste momento para evitar esbanjamento de água cada barraca tem uma torneira e foi colocada uma tubagem que não permite que a água esteja permanentemente a correr. Mas que fique claro, e a população de Borba tem de saber disto, não foi a Câmara do Partido Socialista que colocou a água gratuita às famílias que lá estavam a viver em condições deploráveis e que não permitiram que pelo menos lhe colocassem uns balneários, para eles terem o direito de tomar banho e de fazer as suas necessidades. Quando se fala é preciso ter-se memória. Em relação a algumas afirmações que foram feitas por aqui, que há mais gente que precisa de ser realojada, os serviços não dispõem dessas informações. Agradeço ao Senhor João Proença, se realmente tem informação dessas pessoas que querem ser realojadas, que as faça chegar aos serviços. Foram feitas algumas afirmações em relação à Doutora Luísa Quitério que nem sequer comento. Fique claro, em acta, que a Doutora Luísa Quitério foi a advogada da Câmara de Borba durante doze anos e eu, como não sou daqueles que tem tendência para sanear os técnicos da anterior gestão, continuei exactamente com a mesma pessoa. Mas essas afirmações com certeza que a Doutora Luísa Quitério, depois de ler esta acta, fará aquilo que entender. Relativamente a uma afirmação feita pelo Senhor deputado João Proença: “Estamos para tratar assuntos sérios”, efectivamente estamos para tratar assuntos sérios, eu por acaso não gosto nem nunca gostei, é de hipocrisia. Se me chama habilidoso, já fui apelidado disso pelo Senhor vereador da oposição, que com frequência me chama habilidoso. Uma das razões que nos leva a fazer esta alteração ao Plano Director Municipal é que seja estudada a área global da ecopista, confunde-se a área de apoio à ecopista com a ecopista. A ecopista o concurso vai ser lançado brevemente, só ainda não foi porque houve uma observação da Câmara Municipal de Vila Viçosa e outra da Câmara Municipal de Estremoz em relação a uma questão pontual. Vão se fazer as casas, obviamente que são dois anos que estão estipulados para retirar de lá as pessoas de etnia cigana, aquelas casas poderão ser aproveitadas no futuro e se calhar podem chamar a isso uma habilidade, depois em vez de andar a fazer infra-estruturas, podem ser utilizadas para serviços de apoio à ecopista. Aquele espaço é um espaço de apoio à ecopista, vai ser estudada para ver quais são as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

actividades e infra-estruturas que devem constar. Eu disse isto desde o primeiro dia em que falei com um grupo de pessoas aqui nesta casa. Disse que o realojamento “lá”, sempre seria um realojamento transitório e a resposta dada foi assobiar para o lado e colocar processos, aqui, ali e no outro lado. Essas acusações que são feitas, por vezes, de arrogância, prepotência e de não ouvir, se calhar tem outras coisas por de traz, mais políticas. É um desconhecimento para politicamente ser aproveitado, mas normalmente nesses aproveitamentos “ o tiro sai sempre ao lado”. Vem aí um período quente e eu gosto dos períodos quentes. É assim que me dá algum gozo, se não isto da política também não fazia sentido. Cá estamos para trabalhar, cá estamos para o que der e vier, cá estamos para resolver os problemas da população que é aquilo que outros nunca tiveram capacidade de fazer. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal:** Colocou o documento referente ao **Ponto 2.1** à votação. Aprovado com 11 votos a favor e 4 votos contra. No momento da votação o Membro António Paixão encontrava-se ausente da sala. A CDU apresentou declaração de voto. (**Anexo 6**) -----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Contracção de Empréstimos a Médio e Longo Prazos ao abrigo do PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Disse que a Câmara Municipal de Borba foi das câmaras contempladas com a possibilidade de concorrer ao PREDE e passa a palavra ao chefe de divisão de forma a esclarecer o assunto. -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas:** Iniciou a sua intervenção desejando boa noite a todos e seguidamente disse que o PREDE é o programa de regularização extraordinária de dívidas do estado e surgiu na legislação após a aprovação do programa Pagar a Tempo e Horas. Este PREDE assume a particularidade de poder financiar a médio e longo prazos a dívida que o Município tenha de curto prazo e não só; dívida a fornecedores, essencialmente para credores privados, dívida que já esteja assumida, contraída, vencida e não paga. Disse que no caso do Município de Borba, em particular, foi aprovada a possibilidade de um financiamento de um milhão setecentos e sessenta mil euros (1 760 000 €), sessenta por cento (60%) será financiado por uma instituição de crédito particular e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

quarenta por cento (40%) pelo Estado através da Direcção Geral de Tesouro e Finanças. O empréstimo contratualizado, no caso da Assembleia Municipal o aprovar, com o Estado terá cinco anos de carência de amortização e juros e terá um período temporal de amortização de dez anos, ou seja, cinco anos a amortizar e os primeiros cinco anos sem qualquer amortização e juros, a taxa de juro no caso do empréstimo do Estado, após o período de carência, será a euribor, que terá como indexante, um spread positivo ou negativo, mediante a avaliação que é efectuada nos primeiros cinco anos. Disse que essa avaliação é efectuada mediante a redução ou aumento, o facto de se cumprir, incumprir ou não o prazo médio de pagamentos que é estipulado pela Direcção Geral de Tesouro e Finanças. Os sessenta por cento (60%) da instituição de crédito terão um período de amortização até cinco anos, prestações sucessivas, constantes. Qual a vantagem do PREDE para o Município? Permite transformar dívida de curto prazo em médio e longo prazo, não altera em nada situação de endividamento, ao mesmo tempo permite ao Município num curto prazo conseguir colocar dinheiro nas mãos dos nossos fornecedores. Estamos a falar de pequenas e médias empresas que na situação actual têm alguma dificuldade com os pagamentos da facturação que têm. --

----- **O Membro Moura Lopes:** Disse que é bom aproveitar as oportunidades, este empréstimo vai pagar as dívidas de Julho de 2008 a Julho de 2009. Disse querer colocar uma questão. E as outras dívidas? (gravação inaudível) -----

----- **O Membro João Proença:** Disse que não foi fornecida uma lista das facturas que vão ser pagas. Disse que tudo o que é despesa corrente vai ser pago durante dez anos e que terão de ser os próximos eleitos da Câmara Municipal a pagar. (gravação inaudível) -----

----- **O Vereador Joaquim Serra:** Iniciou a sua intervenção desejando boa noite a todos os presentes e seguidamente disse que a questão em causa esteve na reunião de Câmara e à semelhança de outras esteve insuficientemente preparada, a proposta estava muito incipiente. Disse ter visto numa expressão do Chefe de Divisão que afinal há coisas que foram ditas na reunião de Câmara que não são bem assim, nomeadamente o período elegível para a dívida. Disse que na reunião de Câmara havia falta de elementos, nomeadamente o plano de amortizações que não foi apresentado, foi feito agora e acho que já foi distribuído à Assembleia, mas na altura na Câmara não estava. Os encargos que se iriam assumir ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

longo dos diferentes anos também não estavam apresentados em nenhum mapa e deixava muito a desejar o voto favorável no empréstimo apresentado naquelas condições. Disse ser evidente que este empréstimo irá transformar dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo. Disse que o grande problema deste empréstimo é que se está a recorrer à banca para pagar dívida corrente, ou seja aquilo que o orçamento da Câmara devia prever e devia sempre conseguir arrecadar para pagar, já não se está a ser capaz de fazer e como já existe dívida corrente acumulada, então aparece este empréstimo para resolver o problema que não é só da Câmara de Borba e isto é que é mau, porque criou-se uma legislação, uma lei das Finanças Locais, criou-se um Plano Oficial de Contabilidade, procurou-se reduzir a dívida ao máximo, nomeadamente com sacrifício não só dos Municípios e dos Municípios, mas também de muitos trabalhadores, à custa de contenções salariais e coisas do género e agora abre-se assim este cordão. O espírito deste empréstimo é que parece que vai ser doloroso, porque para quem o vai utilizar de imediato é uma boa almofada mas esta almofada vai traduzir-se depois em cinquenta mil euros (50 000 €) a partir da sua contratação, durante os primeiros cinco anos depois em setenta e tal mil euros de seis em seis meses durante os outros cinco e isto se não houver penalizações nos spreads, porque depende do endividamento subir ou não e depende também do prazo de pagamento que for estipulado, o que parece que está em causa, para nós o problema deste empréstimo é que ele não se destina a investimentos, uma coisa é um empréstimo que se destina a investimentos e que a própria amortização do investimento acompanha a amortização do empréstimo, isto é para satisfazer necessidades urgentes ou seja a Câmara tem na tesouraria um conjunto de facturas vencidas de papel de agrafos de restaurantes, pode ser aquilo que for, nós não conhecemos, apesar de eu ter pedido a listagem, ela não estava elaborada, tinha sido feita uma mas era para ser aprofundada, um conjunto de despesas a que o orçamento da Câmara deveria dar resposta por si só, mas é impossível ele dar resposta. Quando nós fazemos orçamentos de vinte e um milhões (21 000 000) e depois só executamos dez milhões (10 000 000), quando metemos numa rubrica que é outras receitas um milhão e tal de euros, só para dar cobertura orçamental é que damos-lhe cobertura orçamental mas não lhe damos cobertura de tesouraria e isto que está a acontecer já se estava à espera, é o problema destes orçamentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

que são feitos inflacionados, nós gastamos porque temos no orçamento para gastar, não fazemos contenção de custos, antes pelo contrário o orçamento é expansivo, vamos gastando e agora temos mais esta possibilidade, vamos buscar este empréstimo, vamos pagar o que temos agora, mas como o orçamento continua expansivo então vamos continuar a contrair mais dívida, e aquilo que eu acho que também faltava aqui neste processo era um plano de pagamento de toda a dívida, onde se visse toda a dívida, ou seja, isto é um milhão e tal, mas quanto é que fica fora deste milhão e tal? E quais são as soluções para o que está fora desse milhão e tal? Que nós não podemos prolongar no tempo, este nós já conseguimos passar para médio e longo prazo, mas os outros sete milhões (7 000 000) que estão para trás, não conseguimos ainda e o que eu questionava na Câmara, é que soluções é que temos para esses sete milhões que não são contemplados agora. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Disse ir responder politicamente, porque tecnicamente iria responder o Chefe de Divisão. Disse que queria recuar no tempo oito anos. Se o Senhor João Proença falava no empréstimo do BPI, não é esse que eu falo, falo num de um milhão de euros (1 000 000) que esta Câmara teve que contrair para pagar despesas correntes que o Senhor e os Senhores vereadores da maioria de então fizeram, foi contraído um milhão (1 000 000) que estamos a pagar ao longo destes oito anos, para pagar as dívidas que o Senhor tinha feito, obviamente penso que isto responde à questão que foi levantada. Estará cá o Partido Socialista para pagar, porque a CDU fez tanta asneira que penso que nunca mais cá voltará. Disse gostar de ouvir dizer que fazem orçamentos inflacionados. Onde é que eu já ouvi isto? Já oiço esta conversa há doze anos e é porque infelizmente não entrei nesta questão da política há mais anos. Disse já ouvir esta questão dos orçamentos inflacionados há doze anos, com uma grande diferença é que enquanto há doze anos e há oito anos, havia uma taxa de execução muito baixa, a ultima foi de cinquenta e poucos por cento, e agora o vereador Serra já disse e deve ter as contas bem feitas com certeza, falou em vinte e um milhões (21 000 000) e cumprimos dez milhões (10 000 000) já está a assumir que cumprimos cinquenta por cento (50%). -----

----- **O Vereador Joaquim Serra:** Disse que já sabia que o Senhor Presidente não liga às contas e a sua gestão prova isso. As contas, para o Senhor Presidente, não existem e por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

é que estamos a bater no fundo e a contrair empréstimos para despesa corrente e para saber que estou informado, digo-lhe: O empréstimo não foi de um milhão (1 000 000) como o Senhor diz, nem de um milhão e meio (1 500 000), foi de quinhentos mil euros (500 000€), foi esse o valor do empréstimo para saneamento financeiro. Disse, relativamente à execução, também lhe posso dizer que ainda não executou cinquenta por cento (50%), estão executados trinta por cento (30%) a minha projecção é que possa na melhor das hipóteses chegar aos cinquenta por cento (50%), mas também lhe digo que o Senhor tem neste momento pagos seis milhões e quinhentos mil euros (6 500 000€) de compromisso que já tem assumido, num total de catorze milhões de euros (14 000 000€), ou seja, em treze milhões oitocentos e oitenta e dois mil (13 882 000) de despesa feita, o senhor tem pagos apenas seis milhões e quinhentos e noventa e cinco mil (6 595 000), o que quer dizer que tem compromisso por pagar, sete milhões e trezentos mil euros (7 300 000€) que como vamos ter um empréstimo de um milhão e setecentos mil (1 700 000), resolve um milhão e setecentos mil (1 700 000), mas não resolve o que vai crescer até ao fim do ano, nem resolve o que fica para trás. Como vê, tenho as contas bem feitas. -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas:** Disse que em relação à questão apresentada pelo deputado Moura Lopes, relativamente ao período de elegibilidade da dívida, reconheço que na reunião de Câmara disse ao vereador Joaquim Serra que o período elegível da dívida, compreendia-se entre dia 1/07/2008 e 30/06/2009, efectivamente a dívida é elegível independentemente da sua data de emissão de facturação, a única condição, para que a dívida seja aceite é que à data de aprovação das cláusulas contratuais, todos os documentos, que instruem a lista anexa a cada um dos contratos sejam dívida comercial, de credores privados e que já esteja vencida à data de assinatura das cláusulas contratuais. Esta questão só se apresentou por um único motivo, a legislação especifica que o cálculo do montante a financiar, do montante a atribuir como máximo, é calculado em função dos últimos quatro trimestres à data de apresentação do pedido de adesão e foi esse o motivo que me fez julgar que era essa a data elegível para financiamento. Efectivamente a data não é importante para o caso, desde que se verifiquem as questões anteriormente informadas. Relativamente ao Senhor deputado João Proença, disse que o pedido devia vir acompanhado de um lista de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

pagamentos a efectuar, não é esse o procedimento, ou seja, o procedimento é que após a Assembleia aceitar ou não contratualizar o empréstimo, que as cláusulas contratuais vão à Câmara Municipal e essas cláusulas contratuais é que vão acompanhadas das listas de pagamentos de facturas. Disse ser só nessa data, porque até essa data podem ser incluídas facturas nas respectivas listas, o que implicava que se a lista viesse à Assembleia Municipal e se viesse à Câmara Municipal conforme o vereador Joaquim Serra queria, as facturas que já estavam incluídas nessa lista, neste momento teriam que estar obrigatoriamente, trancadas, não seria possível fazer qualquer pagamento de nenhuma dessas facturas. Disse que seria este o primeiro Município do País que precisava da lista para pedido de solicitação à Assembleia de contracção do empréstimo. Disse que aproximadamente setenta por cento (70%) será despesa de capital e trinta por cento (30%) despesa corrente. Disse que para o PREDE não é importante ser despesa corrente ou de capital, porque, um fornecedor que forneça pneus, um que forneça refeições e um que forneça candeeiros, têm neste caso o mesmo direito de receber o que está facturado e o objectivo do PREDE é procurar arranjar forma de que as pequenas e médias empresas recebam aquilo que está em dívida. Disse que a dívida nos Municípios obedece a critérios rigorosos, toda a dívida nos Municípios é controlada. Disse que em relação ao vereador Joaquim Serra, está preocupado quando diz que os assuntos vão à Câmara insuficientemente preparados. Disse que quando assumiu a chefia de divisão viu bem todos os documentos que iam às reuniões de Câmara e às Assembleias Municipais e que eram preparados pela divisão financeira e administrativa e disse que todos os projectos instruídos pela sua mão, vão muito mais bem instruídos. Disse que se o Senhor disser que tem documentos em falta no processo, porque à Câmara não foram os mapas de pagamento prestacional de cada um dos empréstimos, têm que ir? Disse: Por ventura já alguma vez o senhor me solicitou um documento que não lhe tivesse sido entregue no imediato. Disse que as informações que pode fornecer ao Senhor Presidente, foi porque quando eu vim de férias tive a preocupação em fazer uma informação e em lha fazer chegar, para o Senhor deter em sua posse informação privilegiada e digo privilegiada por um único motivo, porque nem eu próprio, a tenho aqui para poder verificar se está a falar bem ou não, embora eu acredite em si, confio plenamente na sua leitura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

----- **O Vereador Joaquim Serra:** Disse, não querer ferir a susceptibilidade do Senhor Chefe de Divisão, mas não pode deixar passar em claro algumas coisas. Disse que não tinha informação privilegiada. Disse ser um vereador da Câmara e toda a informação que solicitar tem de ser facultada, e a da execução orçamental que foi facultada pelo Chefe de Divisão, foi porque na preparação da reunião em que foi apresentada uma revisão ao orçamento, não foi apresentada uma execução orçamental. Disse: Como posso analisar uma revisão ao orçamento, sem saber o que está executado ou o que não está executado? Disse que o ponto estava insuficientemente tratado, faltava documentação. Disse que no do empréstimo também faltava documentação: não estava o plano de amortizações e o Chefe de Divisão disse que ainda não o tinha feito, porque não tinha tido tempo. Disse que quando se vai preparar um empréstimo tem que ir o plano de amortizações. Disse que a questão da listagem das facturas tem dado muita celeuma em muitas Assembleias. A Assembleia Municipal de Lisboa já reuniu três ou quatro vezes para resolver esta questão, tem que reunir porque não tem maioria absoluta, como tem que haver entendimento entre as diferentes forças políticas, então a lista, há-de lá ir. Disse que tinha interesse em que a Câmara e os serviços funcionem bem. -----

----- **O Membro Carlos Cabral:** Disse que em relação às palavras do Senhor vereador Serra sobre que aqui podia vir tudo e passava tudo, não é bem assim, porque as coisas são lidas e analisadas devidamente. Disse que a questão do empréstimo é uma oportunidade que não se pode perder. Porque é um programa que permite transferir, de um modo rápido, dinheiro para empresários da Terra numa altura de situação de crise económica; permite aproveitar condições benéficas da parte de quarenta por cento (40%) do estado e transferir para o futuro, como sempre se faz na política à dívida. -----

----- **O Membro Joaquim Cardoso:** Disse que o PS utilizou a bandeira do déficit. Disse que a CDU não vai pactuar com uma manobra que não considera transparente. (gravação inaudível) -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Disse que queria fazer um pequeno reparo, foram tomados dois empréstimos ao mesmo tempo, um de quinhentos mil euros (500 000€) e outro de um milhão de euros (1 000 000), o empréstimo de um milhão de euros foi para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

despesas de investimento, que no fundo foi para pagar a mesma coisa e o de quinhentos mil foi para despesas correntes. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal:** Não havendo mais inscrições, colocou o documento referente ao **Ponto 2.2** à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 12 votos a favor, e 4 votos contra. A CDU apresentou declaração de voto (**anexo 7**). ---

PONTO DOIS PONTO TRÊS: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipal e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Disse, que tem que ver com alguns projectos em que a Câmara Municipal se envolveu. Um deles já foi falado na Assembleia Municipal, que é o Programa URBAL, que é um programa onde tudo leva a crer que a Câmara Municipal de Borba será a gestora do projecto; é um programa de apoio à América Latina, tem que ver também com a requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira, foi assinado um acordo de colaboração entre o Município e a DREAL, no valor de três milhões e trezentos mil euros (3 200 000€). Disse que o vabr do programa URB-AL poderá ascender aos dois milhões, quatrocentos e noventa mil euros (2 492 000€). Disse que a revisão prende-se com dois estágios profissionais a que o Município se candidatou, com o PROVERE que foi aprovado e também com o saldo da gerência. -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas:** Disse que o motivo da revisão ao orçamento, quer da receita, despesa, plano de actividades municipal e PPI, prende-se com cinco temas diferentes. O primeiro porque o Município de Borba poderá ser o Município coordenador de um projecto já aprovado, com dotação do Fundo de Cooperação Internacional com a América Latina. Este fundo é atribuído pela Comissão Europeia para projectos de ajuda à América Latina, mas que por norma o coordenador terá que ser um Município Europeu. Acontece que o anterior Município era o Município Italiano de Pinha, as coisas não correram muito bem na sua fase inicial, então os sócios solicitaram uma alteração ao coordenador e o Município Coordenador passará a ser o Município de Borba. Como tal, todas as verbas do projecto terão que passar por uma conta específica do Município que já foi aprovada em Reunião de Câmara a sua constituição e como tal terá que ser criada uma rubrica no PPI e no Plano de Actividades que contemple todas as despesas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

previstas de realizar durante o respectivo ano e posteriormente em anos seguintes. Disse que o segundo aspecto prende-se com o acordo de colaboração assinado pelo Município de Borba com a Direcção Regional de Educação do Alentejo para requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira. Este acordo contempla uma verba no montante de três milhões e duzentos mil euros (3 200 000€) que será suportada a cem por cento (100%) pelo PIDDAC, como tal terá que ser inscrita a respectiva rubrica em plano Plurianual de Investimento. Disse que o terceiro aspecto tem que ver com o Programa de Estágios Profissionais da Administração Local, que foi aprovado para o Município com dois jovens estagiários e como tal terá de se inscrever também a respectiva despesa prevista em Plano de Actividades Municipais. Disse que o quarto aspecto prende-se com o facto da Estratégia Colectiva do PROVERE da Zona dos Mármore, do qual o Município de Borba é líder, foi reconhecida e como tal para dar inicio ao respectivo programa o Município tem que apresentar a sua candidatura ao Secretariado Técnico e à Assistência Técnica, isto implica que se prevejam as rubricas de despesa para o ano de 2009 em PPI e em Plano de Actividades. O último ponto prende-se com o saldo da gerência anterior que está previsto ser transferido e neste caso é apresentada uma proposta também. -----

----- **O Membro João Proença:** Disse que estas rubricas reforçam rubricas já existentes. Qual a percentagem de execução destas rubricas? Qual a razão para reforçar as rubricas? São rubricas novas ou reforçadas? (gravação inaudível) -----

----- **O Membro Joaquim Cardoso:** Disse que voltamos à questão dos orçamentos inflacionados. Mais uma manobra (eleiçoeira) que não compreende objectividade. Há rubricas com taxas de execução baixíssimas, porquê reforçá-las? Uma das razões porque sou adversário desta maioria é pela falta de ética e esta proposta não tem ética. Não compactuamos com estas manobras de diversão. (gravação inaudível) -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Disse que a grande diferença que há entre o orçamento inflacionado do nosso tempo e o orçamento inflacionado no tempo da CDU é só uma. É que agora há grandes obras, e como tal, se não tivesse havido inflacionamento, elas não se tinham feito. No tempo da CDU, o que é lamentável, é que havia inflacionamentos hecatombicos, que deu no desastre político que deu. Disse que quanto às manobras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

(eleiçoeiras) que se calhar os indivíduos dos Municípios que vão ser beneficiados com esse dinheiro para a América Latina, ainda mudam a residência para Borba para votarem no Partido Socialista. Disse que chamar-se manobras (eleiçoeiras) a um programa de apoio à América Latina, a um programa PROVERE que, dos vinte e três a nível nacional, tivemos o privilégio de ter um aprovado. Isto é manobras (leiçãoes)? Ou isto é lutar para colocar o nome de Borba em muitos Países para onde, eventualmente, os nossos empresários podem vir a exportar e um programa PROVERE onde as pequenas, médias e até grandes empresas podem beneficiar porque têm uma majoração de um programa que foi aprovado, isto é (eleiçoeiro)? -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas:** Disse que em relação à questão do Senhor deputado João Proença, obviamente que são rubricas reforçadas. O orçamento, quando foi preparado, não contemplava a possibilidade destes projectos serem aprovados ou não, e ao serem aprovados e sabendo que temos nova despesa e também nova receita, obviamente que são rubricas reforçadas, inclusive, relativamente ao URBAL, embora a despesa prevista seja de dois milhões e quinhentos mil euros (2 500 000€) o montante que foi reforçado foi muito inferior. Nas verbas que estão em PIDDAC para a requalificação da escola também só foi previsto o montante para 2009, o mesmo aconteceu para o PEPAL, o mesmo aconteceu para o PROVERE, e o saldo da gerência anterior é um assunto também contemplado. Não há aqui inflação absolutamente de nada, nem de despesa nem de receita. -

----- **O Membro João Proença:** Disse que estamos em Setembro e a percentagem de execução nestas rubricas é muito reduzida, porquê reforçá-las? O orçamento está empolado, porquê reforçar rubricas? Se houver uma razão técnica agradeço que me explique, se não o Senhor Presidente que explique a razão do reforço destas rubricas. (gravação inaudível) -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas:** Disse que o Técnico obviamente obedece à Câmara, se não obedecesse à Câmara, seria um Técnico rebelde, o que não acontece em Câmara nenhuma, (julgo eu). Relativamente à última questão estou surpreendido porque primeiro diz-me que não tem conhecimento da execução da receita e da despesa e agora diz-me que a execução está baixa. Disse que as rubricas referidas são reforçadas porque, no orçamento, quando ele foi elaborado, não estava prevista quer esta despesa, quer esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

receita, no momento em que elas são aprovadas e em que surgem, é efectuada a previsão com base na despesa e na receita que vai ser assumida até final do ano, o facto de algumas rubricas ainda não terem o nível de execução a que se pode estar a referir, relembro que estamos apenas em Agosto, falta ainda, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, contando que Dezembro, em alguns casos, são dois meses, nomeadamente nas rubricas que dizem respeito a despesas com pessoal. -----

----- **O Vereador Joaquim Serra:** Disse que este ponto, na última reunião de Câmara, ficou prejudicado pela não participação do técnico que apenas participou um pouco por telefone, por se encontrar de férias e entre todos não foi possível encontrar explicação para algumas coisas que aqui estão. A primeira é de carácter político e não técnico, e a questão é a seguinte: Uma revisão nesta altura do ano, no mês de Agosto, que tem uma execução de trinta e um por cento (31%), se deve fazer em alta ou em baixa? E aqui a opção foi de fazer uma revisão em alta e não em baixa, o que parece que só politicamente se pode defender, não tecnicamente. A outra questão que se levanta prende-se com a contrapartida da Câmara Municipal para os projectos novos que foram inscritos, vem de duas receitas, ou das outras receitas correntes, aquelas que já estão com um milhão e tal orçamentado, que tem trinta mil (30 000) executado ou vem das outras receitas de capital, as tais que ninguém sabe de onde vêm, que nunca aparecem, ou seja a Câmara não tem neste momento verbas para responder a estes projectos, porque não as vai executar. A Câmara pode desenvolver estes projectos mas também à custa da dívida e aquilo que eu acho que devia ter sido feito neste orçamento era pegar nessas duas rubricas e essas é que tinham que baixar, tanto do lado da despesa como do lado da receita, não era continuar a subir este orçamento porque ele já não é exequível o que existe. Com esta revisão ainda menos exequível é, a taxa que está em trinta por cento (30%), com esta revisão, ainda vai baixar. Disse que apareciam coisas que não conseguia perceber, uma coloca-se com a questão do reforço, na revisão ao plano de actividades, do reforço para o projecto URBAL, de cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e três noventa (52 563,90) para despesas com pessoal, pergunta se é mesmo assim? Pergunta se este valor é despesa com pessoal, que se vai gastar neste projecto até ao final deste ano. Outra questão é: se os projectos tem anos seguintes porque é que nos planos não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

aparecem as verbas que estão definidas para os anos seguintes? Disse ser importante esclarecer porque é que para o PROVERE está previsto pessoal com contrato a termo certo e para o URBAL está previsto pessoal com contrato com tempo indeterminado. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal:** Disse que em termos políticos, está mais interessado em discutir Borba do que propriamente a política do Partido Socialista. Já aqui, varias vezes, fui um elemento crítico relativamente ao Partido Socialista e não me inibo de o fazer. Em relação à revisão entre alta e baixa, obviamente nós gostamos sempre de fazer revisões em alta. -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas:** Disse que no texto do documento explica que o projecto URBAL prevê dois milhões e quinhentos mil euros (2 500 000€) e que o reforço que foi feito contempla cerca de trezentos mil (300 000) em despesas correntes e receitas e quinhentos e quarenta mil (540 000) em capital, ou seja, o montante que lá está é precisamente o que está previsto para o ano de 2009. Foi solicitada informação à União Europeia de qual seria a despesa estimada para o ano de 2009 e a respectiva transferência de verbas e foi esta a informação fornecida. Disse que relativamente à requalificação da Escola Básica, dos três milhões e duzentos mil euros (3 200 000€) que estão previstos na verba do PIDDAC, estão quinhentos e cinquenta mil euros (550 000€) para o ano de 2009, é a estimativa para os meses que ainda existem. No caso do PEPAL, o montante que lá é apresentado é inferior a seis mil euros (6 000€), contempla os meses de Outubro, Novembro e Dezembro, que está previsto para os dois estagiários do PEPAL. No caso do PROVERE o montante que está pré-aprovado na candidatura de secretariado técnico e assistência técnica é de seiscentos mil euros (600 000€), para três anos, o montante que lá está e de cinquenta mil euros (50 000€) no total, sendo vinte e oito mil e quinhentos (28 500) em correntes e vinte e um mil (21 000) em capital e a última será apenas saldo da gerência anterior. Relativamente às questões do pessoal a tempo indeterminado ou pessoal a termo, no caso do URBAL, efectivamente sabemos de antemão pela Comissão Europeia que poderão ser imputadas despesas de pessoal já do quadro da Câmara Municipal, no caso do PROVERE o regulamento de capacitação institucional não é tão claro e carece ainda de algumas informações. Por aquilo que apresenta o regulamento, parece que apenas para pessoal ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

Praça da República - 7150-999 Borba. Telefone 268 894 113. Fax 268 894 806

a contratar, por isso aparece em rubrica diferente. O reforço é feito porque houve alteração ao mapa de pessoal e nunca houve qualquer reforço da dotação, aproveita-se então um novo projecto para reforçar essa rubrica também. Disse que nada implica que não se possam apresentar despesas anteriores à data actual, o projecto já há algum tempo que está a decorrer, mesmo não sendo o Município de Borba o coordenador. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal:** Não havendo mais inscrições, colocou o documento referente ao **Ponto 2.3** à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 12 votos a favor, e 4 votos contra. A CDU apresentou declaração de voto (**anexo 8**). Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

Anexo 1: Justificação de falta do Membro Jerónimo João Pereira Cavaco

Anexo 2: Justificação de falta do Membro Diogo Manuel Canhão Sapatinha

Anexo 3: Justificação de falta do Membro Maria João Barroso Lopes Cavaco

Anexo 4: Justificação de falta do Membro Vítor José Pécurto Guégués

Anexo 5: Justificação de falta do Membro Sérgio João Pécurto Gazimba

Anexo 6: Declaração de voto da CDU

Anexo 7: Declaração de voto da CDU

Anexo 8: Declaração de voto da CDU

O Presidente da Assembleia Municipal

(António José Moura Proença)

O Primeiro Secretário

(Augusto Manuel Bilro Guégués)

O Segundo Secretário

(Roberto Carlos Vagante Ganito)